

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.656.659.368
Preferenciais	0
Total	1.656.659.368
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.328.104	1.368.432
1.01	Ativo Circulante	212.043	234.518
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.847	78.726
1.01.02	Aplicações Financeiras	135.712	131.043
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	135.712	131.043
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	95.888	86.430
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	39.824	44.613
1.01.03	Contas a Receber	18.328	15.154
1.01.03.01	Clientes	18.328	15.154
1.01.03.01.01	Contas a Receber	18.328	15.154
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.475	7.227
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.475	7.227
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	9.475	7.227
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.496	2.164
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.496	2.164
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	185	204
1.01.08.03	Outros	185	204
1.01.08.03.02	Outros Créditos	185	204
1.02	Ativo Não Circulante	1.116.061	1.133.914
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	93.862	93.945
1.02.01.04	Contas a Receber	73	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	73	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	88.778	88.778
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	88.778	88.778
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.277	1.195
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.734	3.972
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	3.734	3.972
1.02.03	Imobilizado	21.952	13.162
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	646	768
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	21.306	12.394
1.02.04	Intangível	1.000.247	1.026.807
1.02.04.01	Intangíveis	1.000.247	1.026.807
1.02.04.01.02	Intangível	950.580	980.054
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	49.667	46.753

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.328.104	1.368.432
2.01	Passivo Circulante	163.785	164.717
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.181	3.117
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.181	3.117
2.01.02	Fornecedores	14.927	16.168
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.927	16.168
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.386	3.457
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.386	3.457
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.386	3.457
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100.901	104.638
2.01.04.02	Debêntures	100.901	104.638
2.01.05	Outras Obrigações	13.971	21.001
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.419	9.011
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.419	9.011
2.01.05.02	Outros	10.552	11.990
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	2.714	2.928
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.874	1.033
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	425	415
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	5.539	7.614
2.01.06	Provisões	27.419	16.336
2.01.06.02	Outras Provisões	27.419	16.336
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	27.419	16.336
2.02	Passivo Não Circulante	807.167	813.815
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	462.193	494.744
2.02.01.02	Debêntures	462.193	494.744
2.02.02	Outras Obrigações	316.893	285.150
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	278.188	260.580
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	278.188	260.580
2.02.02.02	Outros	38.705	24.570
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	21.573	18.466
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	17.132	6.104
2.02.04	Provisões	28.081	33.921
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.672	4.754
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	3.672	4.754
2.02.04.02	Outras Provisões	24.409	29.167
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	24.409	29.167
2.03	Patrimônio Líquido	357.152	389.900
2.03.01	Capital Social Realizado	849.584	849.584
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-492.432	-459.684

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	98.615	190.168	93.867	190.260
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	75.063	149.078	74.767	147.163
3.01.02	Receitas de serviços de construção	23.552	41.090	19.100	43.097
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-83.020	-162.306	-74.033	-159.142
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-59.468	-121.216	-54.933	-116.045
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-23.552	-41.090	-19.100	-43.097
3.03	Resultado Bruto	15.595	27.862	19.834	31.118
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.379	-8.423	-1.672	-5.401
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.474	-8.623	-4.773	-8.597
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-4.474	-8.590	-4.773	-8.597
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	0	-33	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	95	200	3.101	3.196
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.216	19.439	18.162	25.717
3.06	Resultado Financeiro	-26.563	-52.187	-21.110	-46.047
3.06.01	Receitas Financeiras	5.846	12.864	8.680	16.567
3.06.01.01	Receitas Financeiras	5.846	12.864	8.680	16.567
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.409	-65.051	-29.790	-62.614
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-32.409	-65.051	-29.790	-62.614
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.347	-32.748	-2.948	-20.330
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.347	-32.748	-2.948	-20.330
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.347	-32.748	-2.948	-20.330
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,0089	-0,019	-0,0017	-0,0118
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,0089	-0,019	-0,0017	-0,0118

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.347	-32.748	-2.948	-20.330
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.347	-32.748	-2.948	-20.330

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	58.704	70.604
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	110.258	128.172
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do período	-32.748	-20.330
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	75.743	68.432
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	33	0
6.01.01.09	Rendimentos com aplicações financeiras	-12.574	-1.613
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	20.715	16.848
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	39.497	42.083
6.01.01.14	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	3.077	2.467
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	885	1.673
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	21	9
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	15.609	18.603
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.554	-57.568
6.01.02.01	Contas a receber	-3.207	-3.339
6.01.02.04	Despesas antecipadas	586	750
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-764	520
6.01.02.06	Outros créditos	19	-49
6.01.02.07	Depósitos judiciais	238	0
6.01.02.08	Outras contas a receber	-73	0
6.01.02.09	Fornecedores	3.356	3.506
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-5.010	-236
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-340	-48
6.01.02.12	Obrigações sociais	64	-144
6.01.02.13	Obrigações fiscais	353	168
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	10	11
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-1.988	-1.150
6.01.02.17	Utilização provisão de manutenção	-11.116	-23.849
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	-1.899	877
6.01.02.19	Pagamento de juros	-32.624	-33.964
6.01.02.20	Outras contas a pagar	841	-621
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41.416	-148.543
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-63	0
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-47.774	-45.658
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-68.443	-77.294
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	73.955	34.315
6.02.10	Aplicação Financeira	909	-59.906
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-49.167	-5.096
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-5.417	-5.096
6.03.15	Pagamentos debêntures - principal	-43.750	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-31.879	-83.035
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	78.726	210.539
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.847	127.504

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	849.584	0	0	-459.684	0	389.900
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	849.584	0	0	-459.684	0	389.900
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.748	0	-32.748
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.748	0	-32.748
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	849.584	0	0	-492.432	0	357.152

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-250.000	0	0	250.000	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	-250.000	0	0	250.000	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.330	0	-20.330
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.330	0	-20.330
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	849.584	0	0	-372.970	0	476.614

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	207.148	212.162
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	161.407	160.719
7.01.02	Outras Receitas	45.741	51.443
7.01.02.01	Receita dos serviços de construção	41.090	43.097
7.01.02.02	Outras receitas	2.163	3.773
7.01.02.03	Juros capitalizados	2.488	4.573
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.431	-85.195
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.249	-12.907
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.092	-4.393
7.02.04	Outros	-63.090	-67.895
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-41.090	-43.097
7.02.04.02	Custo da concessão	-4.337	-3.605
7.02.04.03	Custos de provisão de manutenção em rodovias	-15.609	-18.603
7.02.04.04	Outros	-2.054	-2.590
7.03	Valor Adicionado Bruto	127.717	126.967
7.04	Retenções	-75.743	-68.432
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-75.743	-68.432
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	51.974	58.535
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.864	16.567
7.06.02	Receitas Financeiras	12.864	16.567
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	64.838	75.102
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	64.838	75.102
7.08.01	Pessoal	15.889	14.237
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.010	10.561
7.08.01.02	Benefícios	3.213	2.906
7.08.01.03	F.G.T.S.	666	770
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.159	13.999
7.08.02.01	Federais	6.053	5.934
7.08.02.02	Estaduais	14	9
7.08.02.03	Municipais	8.092	8.056
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.823	50.348
7.08.03.01	Juros	39.497	42.083
7.08.03.02	Aluguéis	99	64
7.08.03.03	Outras	7.227	8.201
7.08.03.03.02	Juros capitalizados debêntures	2.488	4.573
7.08.03.03.04	Outras	4.739	3.628
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-32.748	-20.330
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-32.748	-20.330
7.08.05	Outros	20.715	16.848
7.08.05.01	Juros debêntures privadas	20.715	16.848

Comentário do Desempenho

Release de Resultados 2T26

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 13 de agosto de 2026 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. ("Companhia" ou "Planalto Sul") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados, referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2026 ("2T26").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis, não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2026.

INTRODUÇÃO

A Autopista Planalto Sul S.A. ("Companhia" ou "Planalto Sul"), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pela administração de 412,7 km da Rodovia BR-116, conectando Curitiba (PR) à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2033.

A malha viária sob gestão da Companhia atravessa 18 municípios nos estados do Paraná e Santa Catarina, desempenhando papel estratégico no escoamento da produção agrícola da região Sul e na ligação entre o Sudeste e o interior dos estados de SC e RS. A operação conta com 5 praças de pedágio em funcionamento e é marcada por um perfil logístico robusto, com predominância de veículos pesados (cerca de 57%), refletindo a vocação da rodovia para o transporte de cargas.

A Companhia realiza atividades de restauração, modernização, monitoramento, manutenção e operação da rodovia, além de prestar serviços de atendimento aos usuários e emergências. A infraestrutura inclui bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), passarelas, pontos de ônibus cobertos e sistemas tecnológicos de controle e comunicação de tráfego. A previsibilidade contratual, aliada à relevância logística da concessão, sustenta a geração de valor e reforça a atratividade do ativo no portfólio da Arteris.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2T26

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou tráfego **9,4 milhões de veículos equivalentes**, redução de 3,7% em relação ao 2T25. O *mix* de veículos equivalentes foi de **75,5%** de veículos pesados, e **24,5%** de veículos leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 81,5 milhões** no 2T26, crescimento em linha com o 2T25 (+0,2%).

EBITDA e Margem Ajustada

O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 55,4 milhões** no 2T26, redução de **5,7%** em relação ao 2T25, e margem ajustada de **73,8%**.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Total	9.368	9.725	(3,7%)	18.551	19.132	(3,0%)
Leves	2.298	2.311	(0,5%)	4.591	4.590	0,0%
Pesados	7.070	7.415	(4,7%)	13.960	14.542	(4,0%)

A Planalto Sul registrou 9,4 milhões de veículos equivalentes no 2T26, redução de 3,7% em comparação ao 2T25. O desempenho reflete principalmente o menor fluxo de veículos pesados (-4,7%), impactado pela menor movimentação de cargas e pela desaceleração de segmentos industriais da região Sul, com destaque para o setor madeireiro, afetado pela redução das exportações aos Estados Unidos em meio às barreiras tarifárias, além de uma base de comparação mais elevada no 2T25. O tráfego de veículos leves manteve-se praticamente estável (-0,5%) na mesma base de comparação.

No 1S26, o tráfego totalizou 18,6 milhões de veículos equivalentes, 3,0% abaixo do registrado no 1S25. A variação foi influenciada, sobretudo, pela redução de 4,0% no segmento de veículos pesados, enquanto o fluxo de veículos leves permaneceu em linha com o observado no mesmo período do ano anterior.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Tarifa Média	8,70	8,40	3,6%	8,70	8,40	3,6%

A tarifa média da Planalto Sul alcançou R\$ 8,70 por veículo equivalente tanto no 2T26 quanto no acumulado do 1S26, crescimento de 3,6% em relação aos respectivos períodos de 2025. O desempenho reflete os efeitos do reajuste tarifário aplicado em dezembro/2025, em linha com a variação acumulada do IPCA prevista no contrato de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Receita Bruta	105.900	101.080	4,8%	204.460	204.394	0,0%
Receitas de pedágio	81.508	81.699	(0,2%)	161.407	160.719	0,4%
Receitas de construção	23.552	19.100	23,3%	41.090	43.097	(4,7%)
Outras receitas	840	281	198,9%	1.963	578	239,6%
Deduções	(7.285)	(7.213)	1,0%	(14.292)	(14.134)	1,1%
Receita Operacional Líquida	98.615	93.867	5,1%	190.168	190.260	(0,0%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	75.063	74.767	0,4%	149.078	147.163	1,3%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita de pedágio somou R\$ 81,5 milhões no 2T26, em linha com o 2T25 (-0,2%), apesar da retração do tráfego observada no período. O resultado evidencia a capacidade de preservação da receita da Companhia, suportada pelos reajustes tarifários previstos contratualmente.

No acumulado do 1S26, a receita de pedágio atingiu R\$ 161,4 milhões, crescimento de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Mesmo diante da redução do tráfego no semestre, a receita manteve trajetória estável, refletindo os efeitos da recomposição tarifária e a resiliência do negócio.

Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 23,6 milhões no 2T26, aumento de 23,3% em relação ao 2T25. No primeiro 1S26, o valor apresentado foi de R\$ 41,1 milhões, redução de 4,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As receitas acessórias atingiram R\$ 0,8 milhão no 2T26, aumento de R\$ 0,6 milhão em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo principalmente a maior exploração comercial da faixa de domínio por meio de cabos óticos e metálicos e painéis publicitários.

No 1S26, as receitas acessórias somaram R\$ 2,0 milhões, crescimento de R\$ 1,4 milhão frente ao 1S25, beneficiadas principalmente pelo reconhecimento de receita não recorrente (*one-off*) associada a um acordo extrajudicial firmado com empresa do setor de infraestrutura.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(19.694)	(16.058)	22,6%	(38.287)	(34.411)	11,3%
Pessoal	(8.466)	(7.400)	14,4%	(15.896)	(14.238)	11,6%
Conservação	(2.186)	(2.425)	(9,9%)	(4.511)	(4.660)	(3,2%)
Serviços de terceiros	(4.413)	(4.001)	10,3%	(8.411)	(8.766)	(4,0%)
Seguros e garantias	(701)	(582)	20,4%	(1.359)	(1.171)	16,1%
Verba de fiscalização	(1.275)	(1.221)	4,4%	(2.551)	(2.442)	4,5%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(44)	(1.123)	(96,1%)	(885)	(1.673)	(47,1%)
Outros	(2.609)	694	(475,9%)	(4.674)	(1.461)	219,9%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(67.705)	(59.647)	13,5%	(132.442)	(130.132)	1,8%
Custos de construção	(23.552)	(19.100)	23,3%	(41.090)	(43.097)	(4,7%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(6.126)	(6.169)	(0,7%)	(15.609)	(18.603)	(16,1%)
Depreciação e amortização	(38.027)	(34.378)	10,6%	(75.743)	(68.432)	10,7%
Custos e Despesas Operacionais	(87.399)	(75.705)	15,4%	(170.729)	(164.543)	3,8%

No 2T26, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 87,4 milhões, aumento de 15,4% em relação ao 2T25. A variação decorreu principalmente do crescimento dos custos de construção e da depreciação e amortização. No acumulado do 1S26, os custos e despesas operacionais somaram R\$ 170,7 milhões, aumento de 3,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo principalmente o crescimento das despesas com depreciação e amortização, parcialmente compensado pela redução da provisão para manutenção e dos custos de construção.

Desconsiderando os efeitos não caixa, compostos pelos custos dos serviços de construção, provisão para manutenção de rodovias e depreciação e amortização, os custos e despesas operacionais caixa totalizaram R\$ 19,7 milhões no 2T26, aumento de 22,6% em comparação ao 2T25.

As principais variações do trimestre foram:

- Pessoal: aumento de 14,4%, refletindo os reajustes salariais decorrentes do dissídio coletivo e atualizações contratuais.
- Serviços de terceiros: crescimento de 10,3% em relação ao 2T25, em função, principalmente, dos reajustes contratuais aplicados aos prestadores de serviços.
- Outros: despesa de R\$ 3,3 milhões no trimestre, refletindo uma base de comparação impactada pelo reconhecimento de receita não recorrente (*one-off*) no 2T25, oriunda de acordo extrajudicial relacionado à utilização de rede de fibra ótica.
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: redução de R\$ 1,1 milhão em função da menor constituição de provisões quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(15.347)	(2.948)	420,6%	(32.748)	(20.330)	61,1%
(+) Resultado financeiro	26.563	21.110	25,8%	52.187	46.047	13,3%
(+) Depreciação e amortização	38.027	34.378	10,6%	75.743	68.432	10,7%
EBITDA¹	49.243	52.540	(6,3%)	95.182	94.149	1,1%
Margem EBITDA ²	65,6%	70,3%	(4,7 p.p.)	63,8%	64,0%	(0,1 p.p.)
(+) Prov. para manutenção de rodovias	6.126	6.169	(0,7%)	15.609	18.603	(16,1%)
EBITDA Ajustado³	55.369	58.709	(5,7%)	110.791	112.752	(1,7%)
Margem EBITDA Ajustada ²	73,8%	78,5%	(4,8 p.p.)	74,3%	76,6%	(2,3 p.p.)

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

No 2T26, o EBITDA da Companhia totalizou R\$ 49,2 milhões, redução de 6,3% em relação ao 2T25, com margem EBITDA de 65,6% (-4,7 p.p.). No acumulado do 1S26, o EBITDA atingiu R\$ 95,2 milhões, crescimento de 1,1% frente ao 1S25, com margem de 63,8%, praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior (-0,1 p.p.).

O EBITDA Ajustado, que desconsidera a provisão para manutenção de rodovias, totalizou R\$ 55,4 milhões no 2T26. Mesmo diante da redução do tráfego observada no período e da pressão dos custos operacionais, a Companhia manteve uma sólida geração operacional de caixa, beneficiada pela resiliência da receita de pedágio decorrente dos reajustes tarifários previstos contratualmente. A margem EBITDA Ajustada alcançou 73,8%, ante 78,5% no 2T25. No 1S26, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 110,8 milhões, redução de 1,7% frente ao 1S25, com margem EBITDA Ajustada de 74,3% (-2,3 p.p.).

Comentário do Desempenho



DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Depreciação e Amortização	(38.027)	(34.378)	10,6%	(75.743)	(68.432)	10,7%

As despesas com depreciação e amortização totalizaram R\$ 38,0 milhões no 2T26, aumento de 10,6% em relação ao 2T25. No acumulado do 1S26, as despesas com depreciação e amortização somaram R\$ 75,7 milhões, aumento de 10,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. A evolução reflete principalmente o crescimento da base de ativos da Companhia, em linha com os investimentos realizados ao longo do contrato de concessão.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Resultado Financeiro	(26.563)	(21.110)	25,8%	(52.187)	(46.047)	13,3%
Receitas financeiras	5.846	8.680	(32,6%)	12.864	16.567	(22,4%)
Despesas financeiras	(32.409)	(29.790)	8,8%	(65.051)	(62.614)	3,9%

O resultado financeiro líquido registrou despesa de R\$ 26,6 milhões no 2T26, aumento de 25,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do semestre, a despesa financeira líquida totalizou R\$ 52,2 milhões, crescimento de 13,3% frente ao 1S25. O desempenho reflete principalmente a menor contribuição das receitas financeiras, em função da redução da posição de caixa e aplicações financeiras da Companhia, além do aumento das despesas financeiras no período.

IR e CSLL

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
IR e CSLL	-	-	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-

A Companhia não registrou despesas com IR e CSLL, correntes ou diferidos, no 2T26 e no 1S26, mantendo-se em linha com os respectivos períodos de comparação de 2025.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Resultado Líquido	(15.347)	(2.948)	420,6%	(32.748)	(20.330)	61,1%

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 15,3 milhões no 2T26, ante prejuízo de R\$ 2,9 milhões no 2T25. No 1S26, o prejuízo totalizou R\$ 32,7 milhões, frente a R\$ 20,3 milhões no mesmo período do ano anterior.

A variação decorre principalmente do maior impacto do resultado financeiro líquido, influenciado pela menor posição de caixa e, consequentemente, pela redução das receitas financeiras, além do aumento dos custos e despesas operacionais. Apesar desse cenário, a Companhia manteve a resiliência de sua

Comentário do Desempenho



operação, com receita operacional e geração operacional de caixa sustentadas pelos reajustes tarifários, que compensaram os efeitos da retração do tráfego observada no período.

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	2T26	1T26	Δ%
Dívida Bruta	563.094	541.600	4,0%
Curto Prazo	100.901	86.976	16,0%
Longo Prazo	462.193	454.624	1,7%
Disponibilidades	182.559	156.852	16,4%
Caixa e equivalentes de caixa	142.735	148.418	(3,8%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	39.824	8.434	372,2%
Dívida Líquida	380.535	384.748	(1,1%)

1: Curto e Longo Prazo

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 563,1 milhões no 2T26, aumento de 4,0% em relação ao 1T26. A posição de caixa encerrou o trimestre em R\$ 182,6 milhões, aumento de 16,4% em relação ao 1T26. Com isso, a dívida líquida é de R\$ 380,5 milhões no 2T26, queda de 1,1% frente ao 1T26, reforçando a disciplina financeira e a gestão eficiente da estrutura de capital.

Aging* da Dívida – junho de 2026

*Não considera custos de transação



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Investimentos	32.230	27.096	18,9%	58.713	65.618	(10,5%)

Os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 32,2 milhões no 2T26, crescimento de 18,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pela maior execução das obras de manutenção e recuperação do pavimento, parcialmente compensada pelos desembolsos com implantação de faixas adicionais realizados em 2025.

No 1S26, os investimentos atingiram R\$ 58,7 milhões, 10,5% abaixo do registrado no 1S25. A redução reflete, principalmente, a comparação com uma base mais forte em 2025, marcada pela execução de obras de faixas adicionais, intervenções associadas a TACs e sinistros, além de despesas com desapropriações.

Comentário do Desempenho

Em contrapartida, a Companhia ampliou os investimentos em manutenção e recuperação do pavimento ao longo de 2026.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2026 - 2033
Melhorias na infraestrutura	812.870
Recuperações/manutenções	189.520
Total	1.002.390

*Base Monetária: junho/2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS**RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período período de três meses findo em 30 de junho de 2026, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Planalto Sul S.A ("Planalto Sul" ou "Companhia"), nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2026.

Rio Negro, 13 de agosto de 2026

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia e Implantação

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho



Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 e relatório do auditor independente.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30.06.2026	31.12.2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30.06.2026	31.12.2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.847	78.726	Debêntures	12	100.901	104.638
Aplicações financeiras	5	95.888	86.430	Fornecedores	13	14.927	16.168
Contas a receber	6	18.328	15.154	Arrendamento mercantil a pagar	14	5.539	7.614
Despesas antecipadas		1.496	2.164	Obrigações sociais		3.181	3.117
Impostos a recuperar		9.475	7.227	Obrigações fiscais		3.386	3.457
Aplicações financeiras vinculadas	8	39.824	44.613	Contas a pagar - partes relacionadas	15	3.419	9.011
Outros créditos		185	204	Cauções contratuais	13	2.714	2.928
Total do ativo circulante		212.043	234.518	Taxa de fiscalização		425	415
				Provisão para manutenção em rodovias	17	27.419	16.336
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		1.874	1.033
Despesas antecipadas		1.277	1.195	Total do passivo circulante		163.785	164.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	88.778	88.778				
Depósitos judiciais	17	3.734	3.972	NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a receber	6	73	-	Debêntures	12	462.193	494.744
Total do ativo realizável a longo prazo		93.862	93.945	Arrendamento mercantil a pagar	14	17.132	6.104
				Obrigações fiscais		21.573	18.466
Direito de uso	9	21.306	12.394	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	278.188	260.580
Imobilizado	10	646	768	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	3.672	4.754
Intangível	11	950.580	980.054	Provisão para manutenção em rodovias	17	24.409	29.167
Infraestrutura em construção	11	49.667	46.753	Total do passivo não circulante		807.167	813.815
Total do ativo não circulante		1.116.061	1.133.914	TOTAL DO PASSIVO		970.952	978.532
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	849.584	849.584
				Prejuízos acumulados		(492.432)	(459.684)
				Total do patrimônio líquido		357.152	389.900
TOTAL DO ATIVO		1.328.104	1.368.432	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.328.104	1.368.432

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	30.06.2026		30.06.2025	
		Trimestre	Período	Trimestre	Período
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	98.615	190.168	93.867	190.260
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(83.020)	(162.306)	(74.033)	(159.142)
LUCRO BRUTO		15.595	27.862	19.834	31.118
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	20	(4.443)	(8.590)	(4.773)	(8.597)
Provisão para perdas esperadas	20	(31)	(33)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		95	200	3.101	3.196
		(4.379)	(8.423)	(1.672)	(5.401)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		11.216	19.439	18.162	25.717
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21	5.846	12.864	8.680	16.567
Despesas financeiras	21	(32.409)	(65.051)	(29.790)	(62.614)
		(26.563)	(52.187)	(21.110)	(46.047)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.347)	(32.748)	(2.948)	(20.330)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	7	-	-	-	-
Diferidos	7	-	-	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(15.347)	(32.748)	(2.948)	(20.330)
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	(0,0089)	(0,0190)	(0,0017)	(0,0118)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
PREJUÍZO DO PERÍODO	(15.347)	(32.748)	(2.948)	(20.330)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(15.347)	(32.748)	(2.948)	(20.330)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(602.640)	496.944
Prejuízo do período	-	-	-	(20.330)	(20.330)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(622.970)	476.614
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	878.034	(28.450)	849.584	(459.684)	389.900
Prejuízo do período	-	-	-	(32.748)	(32.748)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026	878.034	(28.450)	849.584	(492.432)	357.152

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.06.2026	30.06.2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período		(32.748)	(20.330)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		75.743	68.432
Provisão para perdas esperadas	20	33	-
Rendimentos com aplicações financeiras	21	(12.574)	(1.613)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	15	20.715	16.848
Juros e variações monetárias de debêntures		39.497	42.083
Despesas financeira dos ajustes a valor presente	21	3.077	2.467
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	885	1.673
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	21	9
Constituição de provisão para manutenção	17	15.609	18.603
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(3.207)	(3.339)
Despesas antecipadas		586	750
Impostos a recuperar		(764)	520
Outros créditos		19	(49)
Depósitos judiciais		238	-
Outras contas a receber		(73)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		3.356	3.506
Fornecedores - partes relacionadas		(5.010)	(236)
Cauções contratuais de fornecedores		(340)	(48)
Obrigações sociais		64	(144)
Obrigações fiscais		353	168
Utilização provisão de manutenção	17	(11.116)	(23.849)
Riscos cíveis trabalhistas e regulatórios		(1.988)	(1.150)
Taxa de Fiscalização		10	11
Custo de transação - empréstimo		(1.899)	877
Outras contas a pagar		841	(621)
Caixa proveniente das operações		91.328	104.568
Pagamento de juros	12	(32.624)	(33.964)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		58.704	70.604
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	22	(63)	-
Aquisições de itens do intangível	22	(47.774)	(45.658)
Aplicação financeira vinculada		(68.443)	(77.294)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		73.955	34.315
Aplicação financeira		909	(59.906)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(41.416)	(148.543)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	14	(5.417)	(5.096)
Pagamentos de debêntures - principal	12	(43.750)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(49.167)	(5.096)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(31.879)	(83.035)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		78.726	210.539
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		46.847	127.504

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.06.2026	30.06.2025
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	19	161.407	160.719
Receita de serviços de construção	19	41.090	43.097
Outras receitas		2.163	3.773
Juros capitalizados	21	2.488	4.573
		207.148	212.162
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(12.249)	(12.907)
Custo dos serviços de construção	20	(41.090)	(43.097)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.092)	(4.393)
Custo da concessão		(4.337)	(3.605)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(15.609)	(18.603)
Outros		(2.054)	(2.590)
		(79.431)	(85.195)
VALOR ADICIONADO BRUTO		127.717	126.967
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(75.743)	(68.432)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		51.974	58.535
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	12.864	16.567
		12.864	16.567
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		64.838	75.102
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		12.010	10.561
Benefícios		3.213	2.906
FGTS		666	770
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		6.053	5.934
Estaduais		14	9
Municipais		8.092	8.056
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		39.497	42.083
Juros capitalizados debêntures		2.488	4.573
Juros - debêntures privadas		20.715	16.848
Aluguéis		99	64
Outras		4.739	3.628
Prejuízo do período		(32.748)	(20.330)
		64.838	75.102

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade” ou “Planalto Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça do Pedágio BR 116, km 204, bairro Roseira. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicações de rodovia.
- 48,3 km de terceiras faixas.
- 13,72 km de vias laterais.
- Construção de cinco trevos completos.
- Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba – PR.
- Construção de onze passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove bases de serviços operacionais - BSO's.
- Implantação ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da publicação em Diário Oficial da União.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

Notas Explicativas

a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 30 de junho de 2026 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$12.307 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

d) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

f) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima, em 30 de junho de 2026, o montante de R\$812.870 (R\$829.216 em 31 de dezembro de 2025) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$189.520 (R\$209.055 em 31 de dezembro de 2025) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas com base em laudo elaborado por peritos independentes.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

No dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$356.778, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 30 de junho de 2026, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demonstrações contábeis.

No período de 1 de janeiro de 2026 a 30 de junho de 2026, não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”. A elaboração segue, também, às disposições da Lei das Sociedades por Ações e às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão e divulgação das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de agosto de 2026.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma da tributação sobre o consumo no Brasil. O novo modelo prevê a implementação de um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA Dual), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, os quais substituirão gradualmente os tributos atualmente incidentes sobre o consumo, incluindo PIS, COFINS, ICMS e ISS.

A reforma contempla um período de transição entre os anos de 2026 (período teste) e 2032, durante o qual coexistirão os regimes tributários vigente e reformado. Considerando que parte relevante da regulamentação ainda depende da edição de normas complementares e infralegais, os impactos definitivos da nova sistemática tributária somente poderão ser adequadamente mensurados à medida que tais dispositivos forem integralmente implementados.

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento das informações contábeis intermediárias, não foram identificados efeitos relevantes decorrentes da reforma tributária que demandassem reconhecimento ou ajuste nos saldos contábeis de ativos e passivos, nem impactos significativos nas estimativas e premissas utilizadas na elaboração das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.

A Sociedade continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

4.2 Novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, quais foram avaliadas pela Sociedade, e concluiu que essas alterações não tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'.

Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Sociedade segue analisando os efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Sociedade desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

Notas Explicativas

Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Notas Explicativas

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

	30.06.2026	31.12.2025
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e contas bancárias	404	718
Aplicações financeiras (a)	46.443	78.008
Total	46.847	78.726
	30.06.2026	31.12.2025
<u>Aplicações financeiras</u>		
Fundos de investimentos (b)	95.888	86.430
Total	95.888	86.430

(a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,74% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,96% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em operações compromissadas, LF, LTN-Over e NTN-B, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,74% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,96% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	30.06.2026		31.12.2025
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Pedágio eletrônico a receber	16.355	-	14.513
Cartões de pedágio a receber (a)	469	-	289
Receitas acessórias a receber (b)	1.602	73	426
Outras receitas a receber	9	-	-
Provisão para perdas esperadas (c)	(107)	-	(74)
Total	18.328	73	15.154

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito e crédito.

(b) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e linhas telefônicas.

(c) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	30.06.2026		31.12.2025
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Créditos a vencer	18.109	73	15.154
Créditos vencidos até 60 dias	219	-	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	107	-	74
	18.435	73	15.228

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, é como segue:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.347)	(32.748)	(2.948)	(20.330)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	5.218	11.134	1.002	6.912
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(38)	(97)	1.083	1.036
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(5.180)	(11.037)	(2.085)	(7.948)
Total	(0)	(0)	-	-
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>				
Correntes	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
	-	-	-	-
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%	0%	0%

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldo patrimonial está representado por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2026	31.12.2025
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	786.084	759.207
Provisão de participação nos lucros	469	909
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	3.672	4.754
Outras provisões	187	170
Provisão para manutenção de rodovias	51.828	45.503
Arrendamentos	1.521	1.479
Provisão para perdas esperadas	107	74
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(42)	(40)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	843.892	812.122
Alíquota nominal	34%	34%
Total	286.923	276.121
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (c)	15.916	15.224
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(9.227)	(9.919)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(3.137)	(3.372)
Total do imposto de renda e contribuição social	283.786	272.749
Impostos diferidos não constituído	195.008	183.971
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	88.778	88.778

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do

Notas Explicativas

PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*).

b) Refere-se às provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios decorrentes de reclamações pendentes de resoluções.

c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, em conformidade com a Lei nº 12.973/14. Assim, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes decorrentes dessas mudanças até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	30.06.2026	30.06.2025
Prejuízo fiscal e base negativa	26.877	26.374
Provisão de participação nos lucros	(440)	(477)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.082)	532
Outras provisões	16	(200)
Provisão para manutenção de rodovias	6.325	(3.348)
Arrendamentos	42	(196)
Provisão para perdas esperadas	33	-
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	692	692
Base de cálculo diferenças temporárias	32.463	23.377
Alíquota nominal	34%	34%
Total	11.037	7.948
Composição dos impostos:		
Impostos diferidos não constituídos	11.037	7.948
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	11.037	7.948

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Impostos diferidos	Ativo não circulante
2027	12.379
2028	3.551
2029	10.839
2030	16.274
Após 2030	45.735
	88.778

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicação financeira vinculada no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referente a debêntures. A seguir breve descrição dessa obrigação:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 30 de junho de 2026 o saldo é de R\$39.824, aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 99,2% a.a. (R\$44.613 e 98,9% a.a., respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2025	11.999	6.911	1.533	29.079	41	653	50.216
Remensurações	-	-	-	197	3	-	200
Adições	14.008	-	-	-	-	-	14.008
Transferências/reclassificações	-	-	-	1	-	-	1
Baixas	(11.999)	-	-	-	-	-	(11.999)
Saldo em 30.06.2026	<u>14.008</u>	<u>6.911</u>	<u>1.533</u>	<u>29.277</u>	<u>44</u>	<u>653</u>	<u>52.426</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2025	(11.185)	(794)	(792)	(24.506)	(37)	(508)	(37.822)
Amortização	(1.431)	(531)	(247)	(3.071)	(6)	(10)	(5.296)
Transferências/reclassificações	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Baixas	11.999	-	-	-	-	-	11.999
Saldo em 30.06.2026	<u>(617)</u>	<u>(1.325)</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(27.578)</u>	<u>(43)</u>	<u>(518)</u>	<u>(31.120)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2025	814	6.117	741	4.573	4	145	12.394
Saldo em 30.06.2026	13.391	5.586	494	1.699	1	135	21.306
Taxas de amortização - a.a.	18%	15%	14%	21%	29%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2024	10.459	2.848	1.573	20.326	30	1.242	36.478
Remensurações	-	83	-	2	1	-	86
Adições	-	6.911	-	-	-	-	6.911
Baixas	-	(2.931)	-	-	-	-	(2.931)
Saldo em 30.06.2025	10.459	6.911	1.573	20.328	31	1.242	40.544
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(9.074)	(2.684)	(751)	(16.337)	(24)	(416)	(29.286)
Amortização	(1.214)	(509)	(156)	(3.445)	(7)	(49)	(5.380)
Baixas	-	2.931	-	-	-	-	2.931
Saldo em 30.06.2025	(10.288)	(262)	(907)	(19.782)	(31)	(465)	(31.735)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	1.385	164	822	3.989	6	826	7.192
Saldo em 30.06.2025	171	6.649	666	546	-	777	8.809
Taxas de amortização - a.a.	20%	16%	14%	29%	40%	8%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
(d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2025	538	1.361	1.823	1.126	1.283	73	-	6.204
Adições	-	-	-	-	-	-	63	63
Saldo em 30.06.2026	538	1.361	1.823	1.126	1.283	73	63	6.267
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2025	(497)	(1.295)	(1.333)	(1.014)	(1.234)	(63)	-	(5.436)
Depreciação	(6)	(12)	(123)	(28)	(16)	-	-	(185)
Saldo em 30.06.2026	(503)	(1.307)	(1.456)	(1.042)	(1.250)	(63)	-	(5.621)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2025	41	66	490	112	49	10	-	768
Saldo em 30.06.2026	35	54	367	84	33	10	63	646
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%		

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2024	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	-	6.225
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2025	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	-	6.225
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2024	(485)	(1.292)	(1.089)	(1.011)	(1.199)	(8)	-	(5.084)
Depreciação	(6)	(12)	(121)	(25)	(19)	(4)	-	(187)
Transferências/reclassificações	-	-	-	51	-	(51)	-	-
Saldo em 30.06.2025	(491)	(1.304)	(1.210)	(985)	(1.218)	(63)	-	(5.271)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2024	53	90	734	115	84	65	-	1.141
Saldo em 30.06.2025	47	78	613	141	65	10	-	954
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	18%	10%	10%	10%		

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	<i>Software</i>	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2025	1.985.175	10.454	1.995.629	46.753	2.042.382
Adições	28.199	-	28.199	15.199	43.398
Transferências/reclassificações	12.451	-	12.451	(12.451)	-
Outros (c)	15	123	138	166	304
Saldo em 30.06.2026	<u>2.025.840</u>	<u>10.577</u>	<u>2.036.417</u>	<u>49.667</u>	<u>2.086.084</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2025	(1.010.290)	(5.285)	(1.015.575)	-	(1.015.575)
Amortização	(69.595)	(667)	(70.262)	-	(70.262)
Saldo em 30.06.2026	<u>(1.079.885)</u>	<u>(5.952)</u>	<u>(1.085.837)</u>	<u>-</u>	<u>(1.085.837)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2025	974.885	5.169	980.054	46.753	1.026.807
Saldo em 30.06.2026	945.955	4.625	950.580	49.667	1.000.247
Taxas de amortização - a.a. (d)	7%	17%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2024	1.882.064	6.102	1.888.166	52.840	1.941.006
Adições	20.279	749	21.028	27.393	48.421
Saldo em 30.06.2025	1.902.343	6.851	1.909.194	80.233	1.989.427
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2024	(879.278)	(4.045)	(883.323)	-	(883.323)
Amortização	(62.047)	(818)	(62.865)	-	(62.865)
Saldo em 30.06.2025	(941.325)	(4.863)	(946.188)	-	(946.188)
<u>Alienações/baixas</u>					
Saldo em 31.12.2024	1.002.786	2.057	1.004.843	52.840	1.057.683
Saldo em 30.06.2025	961.018	1.988	963.006	80.233	1.043.239
Taxas de amortização - a.a. (d)	7%	42%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final da concessão.
- (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento.
- (c) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.
- (d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Sociedade complementou o montante de R\$2.488 (R\$4.573 em 30 de junho de 2025) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao valor principal das dívidas, foi de 0,89% a.a. (em 2025 1,38% a.a.), do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade realizou o teste de *impairment* em conformidade com os requisitos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando o valor justo como base de mensuração do valor recuperável.

Para isto, a Administração elaborou projeções de fluxos de caixa descontados, considerando a Unidade Geradora de Caixa (UGC) em operação em 31 de dezembro de 2025. As projeções foram preparadas com base em premissas classificadas em nível 3, uma vez que envolvem projeções internas da administração, não observáveis no mercado.

Os cálculos do valor justo e suas premissas subjacentes foram realizadas e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão.

Pelos resultados dos cálculos realizados não houve necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis da Sociedade.

A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2026, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2026	31.12.2025
12ª emissão - 1ª Série	300.000	IPCA + 6,78% a.a.	set-31	344.556	332.388
12ª emissão - 2ª Série	350.000	CDI + 2,15% a.a.	set-28	228.759	275.316
				573.315	607.704
			Custo de transação	(10.221)	(8.322)
			Total	563.094	599.382
			Circulante	100.901	104.638
			Não circulante	462.193	494.744
			Total	563.094	599.382

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.06.2026			30.06.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	106.743	500.961	607.704	106.505	574.852	681.357
Juros e variações monetárias provisionados	29.788	12.197	41.985	36.662	9.994	46.656
Amortização de principal	(43.750)	-	(43.750)	-	-	-
Pagamento de juros	(32.624)	-	(32.624)	(33.964)	-	(33.964)
Transferência	43.750	(43.750)	-	43.750	(43.750)	-
	103.907	469.408	573.315	152.953	541.096	694.049
Custo de transação	(3.006)	(7.215)	(10.221)	(2.083)	(7.209)	(9.292)
Saldo final	100.901	462.193	563.094	150.870	533.887	684.757

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
12ª emissão - 1ª Série	15.01.2024	300.000	1.000	08.02.2024	300.000
12ª emissão - 2ª Série	15.01.2024	350.000	1.000	08.02.2024	350.000
		650.000			650.000

Em 30 de junho de 2026, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2027	51.850
2028	129.058
2029	95.681
2030	96.827
Após 2030	95.992
	469.408

Garantias

A 12ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A.

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 12ª emissão de debêntures

Em conformidade com a escritura de emissão de debêntures da Sociedade, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da Sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Planalto Sul deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Planalto Sul possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Planalto Sul deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo \text{ Total} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Planalto Sul em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Notas Explicativas

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- Até 2025: $\leq 4,50$
- 2026 a 2027: $\leq 3,50$
- 2028 a 2029: $\leq 2,50$
- 2030: $\leq 2,00$
- 2031: $\leq 1,00$

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 30 de junho de 2026 e 2025.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2026, o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$14.927 (R\$16.168 em 31 de dezembro de 2025), refere-se a obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação.

O saldo de R\$2.714 (R\$2.928 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato.

Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.06.2026			30.06.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	7.614	6.104	13.718	7.089	1.186	8.275
Remensuração	200	-	200	86	-	86
Adições	1.867	12.141	14.008	680	6.231	6.911
Utilização (*)	(6.500)	-	(6.500)	(6.145)	-	(6.145)
Ajuste a valor presente - AVP	1.245	-	1.245	569	-	569
Transferência	1.113	(1.113)	-	388	(388)	-
	<u>5.539</u>	<u>17.132</u>	<u>22.671</u>	<u>2.667</u>	<u>7.029</u>	<u>9.696</u>

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2026, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$5.417 (R\$5.096 em 30 de junho de 2025).

Em 30 de junho de 2026, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2027	3.048
2028	3.495
2029	4.008
2030	4.596
Após 2030	1.985
	17.132

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de junho de 2026 são respectivamente R\$107 e R\$494 para Pis e Cofins (R\$101 e R\$467 respectivamente, em 30 de junho de 2025).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de junho de 2026 a taxa média é de 14,48% a.a. (13,75% a.a. em 30 de junho de 2025). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2026 e 2025, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	2.502	8.070
Litoral Sul S.A. (a)	917	941
Total do passivo circulante	3.419	9.011
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	278.188	260.580
Total do passivo não circulante	278.188	260.580

	<u>30.06.2026</u>		<u>30.06.2025</u>	
<u>Passivos Circulante e Não Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	260.580	260.580	228.589	228.589
Juros provisionados	20.715	20.715	16.848	16.848
IR recuperar	(3.107)	(3.107)	(2.370)	(2.370)
Saldo final	278.188	278.188	243.067	243.067

<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>30.06.2026</u>	<u>30.06.2025</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(10.415)	(8.976)
Total	(10.415)	(8.976)

<u>Despesas gerais (c)</u>	<u>30.06.2026</u>		<u>30.06.2025</u>	
	<u>Trimestre</u>		<u>Trimestre</u>	
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(839)	(4.995)	(2.456)	(4.456)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Litoral Sul S.A.	(16)	(2.808)	(1.335)	(2.646)
Total	(855)	(7.803)	(3.791)	(7.102)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de

Notas Explicativas

suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread*, respectivamente, de 1% ao ano com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. Em 09 de fevereiro de 2024, foram liquidadas as debêntures da 9ª, 10ª e 11ª emissão.

(c) Refere-se a reembolso de rateios da estrutura administrativa.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2026		31.12.2025	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	8.034	9.000	6.959
20.09.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.500	2.977	3.500	2.569
21.10.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	11.500	9.681	11.500	8.347
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	7.504	9.000	6.465
20.12.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.000	3.300	4.000	2.841
20.01.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	13.000	10.640	13.000	9.152
20.03.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.200	5.791	7.200	4.974
06.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.602	2.000	1.375
20.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.200	3.353	4.200	2.878
20.11.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	8.500	6.520	8.500	5.577
07.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	800	612	800	523
21.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	10.000	7.632	10.000	6.527
20.01.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.200	4.709	6.200	4.025
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.100	2.343	3.100	2.001
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.900	1.534	1.900	1.309
22.03.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.200	963	1.200	822
05.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.600	2.000	1.365
20.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	4.782	6.000	4.078
20.05.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	5.931	7.500	5.054
07.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.100	866	1.100	738
21.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.850	6.154	7.850	5.240
05.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.300	1.014	1.300	863
20.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.150	1.669	2.150	1.420
05.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	5.412	7.500	4.604
20.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.400	1.016	1.400	865
06.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.435	2.000	1.220
20.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.600	5.427	7.600	4.612
05.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	710	1.000	603
20.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	4.231	6.000	3.592
22.11.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	3.475	5.000	2.945
06.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.500	1.035	1.500	876
20.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	941	295	941	220
			155.941	122.247	155.941	104.639
				278.188		260.580

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2026, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.057 (R\$1.451 em 30 de junho de 2025), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$134 (R\$75 em 30 de junho de 2025) relativos a diretoria da Sociedade e R\$923 (R\$1.376 em 30 de junho de 2025) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual para o exercício de 2026 sem encargos em até R\$575 (R\$339 para o exercício de 2025).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela

Notas Explicativas

Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$469 e R\$909.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 é conforme segue:

	31.12.2025	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2026
Cíveis	592	2.712	(1.279)	(1.626)	-	399
Trabalhistas	261	317	(65)	(243)	1	271
Regulatórios	3.901	3.752	(4.552)	(119)	20	3.002
Total	4.754	6.781	(5.896)	(1.988)	21	3.672

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2025
Cíveis	238	1.417	(441)	(831)	6	389
Trabalhistas	385	729	(169)	(319)	3	629
Regulatórios	3.720	137	-	-	-	3.857
Total	4.343	2.283	(610)	(1.150)	9	4.875

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente, a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Conforme mencionado na nota nº 2, no dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.06.2026	31.12.2025
Cíveis	9.951	8.711
Trabalhistas	1.379	1.351
Regulatórios	61.718	57.338
Total	73.048	67.400

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.734 (R\$3.972 em 31 de dezembro de 2025), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$362 (R\$321 em 31 de dezembro de 2025) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável. Os demais, não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,79% a.a. em 30 de junho de 2026 (7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2025	16.336	29.167	45.503
Adições/Reversões	6.379	9.230	15.609
Utilizações	(11.116)	-	(11.116)
Ajuste a valor presente	885	947	1.832
Transferências	14.935	(14.935)	-
Saldo em 30.06.2026	27.419	24.409	51.828

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	26.664	26.841	53.505
Adições/Reversões	9.733	8.870	18.603
Utilizações	(23.849)	-	(23.849)
Ajuste a valor presente	949	949	1.898
Transferências	11.810	(11.810)	-
Saldo em 30.06.2025	25.307	24.850	50.157

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2026 referentes às manutenções realizadas foram de R\$10.876 (R\$19.960 em 30 de junho de 2025).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2026 é de R\$878.034 (R\$878.034 em 31 de dezembro de 2025), composto por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$849.584 (R\$849.584 em 31 de dezembro de 2025), que representa 1.656.659.368 ações.

Em 23 de abril de 2025, foi aprovada a redução de capital da Sociedade, por excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, onde o capital social subscrito reduz de R\$1.128.034 para R\$878.034 e o capital integralizado de R\$ 1.099.584 para R\$ 849.584 configurando uma redução de R\$250.000, mediante a absorção de parte dos prejuízos acumulados, sem restituição de capital ao acionista da Companhia e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social, mantendo-se portanto, inalterado o número de ações.

Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior.

Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	81.508	161.407	81.699	160.719
Receita de serviços de construção	23.552	41.090	19.100	43.097
Outras receitas	840	1.963	281	578
Receita bruta	105.900	204.460	101.080	204.394
ISSQN	(4.076)	(8.071)	(4.085)	(8.036)
PIS	(534)	(1.060)	(532)	(1.047)
COFINS	(2.464)	(4.893)	(2.455)	(4.832)
Outras deduções	(211)	(268)	(141)	(219)
Receita líquida	98.615	190.168	93.867	190.260

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(5.376)	(10.479)	(4.916)	(9.772)
Serviços de terceiros	(4.011)	(7.736)	(3.747)	(8.252)
Conservação	(2.186)	(4.511)	(2.425)	(4.660)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(117)	(191)	(175)	(290)
Consumo	(621)	(1.242)	(529)	(1.020)
Transportes	(786)	(1.428)	(925)	(1.680)
Verba de fiscalização	(1.275)	(2.551)	(1.221)	(2.442)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(311)	(429)	-	-
Seguros / Garantias	(701)	(1.357)	(576)	(1.163)
Provisão de manutenção em rodovias	(6.126)	(15.609)	(6.169)	(18.603)
Custos de serviços da construção	(23.552)	(41.090)	(19.100)	(43.097)
Depreciação / Amortização	(37.838)	(75.365)	(34.214)	(68.102)
Outros	(120)	(318)	(36)	(61)
Total	(83.020)	(162.306)	(74.033)	(159.142)

Notas Explicativas

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(3.090)	(5.417)	(2.484)	(4.466)
Serviços de terceiros	(402)	(675)	(254)	(514)
Manutenção de bens e conservação	(174)	(353)	(329)	(649)
Consumo	(156)	(268)	(119)	(258)
Transportes	(4)	(20)	(8)	(30)
Seguros/Garantias	-	(2)	(6)	(8)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(44)	(885)	(1.123)	(1.673)
Comunicação e <i>marketing</i>	(7)	(25)	(21)	(43)
Indenizações à terceiros	(13)	(28)	(8)	(17)
Publicações legais	(183)	(183)	(21)	(180)
Depreciação / Amortização	(189)	(378)	(164)	(330)
Provisão para perdas esperadas	(31)	(33)	-	-
Outros	(181)	(356)	(236)	(429)
Total	(4.474)	(8.623)	(4.773)	(8.597)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	5.632	12.574	8.562	16.326
Créditos fiscais	206	400	118	241
Outras receitas	8	(110)	-	-
Total	5.846	12.864	8.680	16.567

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(29.686)	(60.212)	(27.892)	(58.931)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.796)	(3.077)	(1.295)	(2.467)
Outras despesas	(927)	(1.762)	(603)	(1.216)
Total	(32.409)	(65.051)	(29.790)	(62.614)

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 30 de junho de 2026 no valor de R\$62.700, o montante de R\$2.488 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimento (R\$63.504 e R\$4.573 em 30 de junho de 2025).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2026	30.06.2025
Total das adições de intangível e intangível em andamento (a)	43.702	48.421
Total das adições de imobilizado (b)	63	-
Juros capitalizados - debêntures (a)	(2.488)	(4.573)
	41.277	43.848
Aquisição (adições)	(41.277)	(43.848)
Fornecedores	(5.680)	(1.490)
Obrigações fiscais	(424)	(214)
Contas a pagar - partes relacionadas	(582)	(211)
Cauções contratuais	126	105
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(47.837)	(45.658)

Notas Explicativas

Fluxo de caixa imobilizado	(63)	-
Fluxo de caixa intangível	(47.774)	(45.658)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(47.837)	(45.658)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(6.560)	(1.810)
Adições ao ativo direito de uso (c)	14.008	6.911

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21. (b) Vide nota explicativa nº 10. (c) Vide nota explicativa nº 9.

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Prejuízo do período	(15.347)	(32.748)	(2.948)	(20.330)
Número de ações durante período	1.721.076	1.721.076	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	(0,0089)	(0,0190)	(0,0017)	(0,0118)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

		30.06.2026		31.12.2025	
	Mensuração (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>					
Caixas e equivalentes de caixa	2	46.847	46.847	78.726	78.726
Aplicação Financeira	2	95.888	95.888	86.430	86.430
Contas a receber clientes	2	18.328	18.328	15.154	15.154
Aplicações financeiras vinculadas	2	39.824	39.824	44.613	44.613
Outros Créditos	2	258	258	204	204
		201.145	201.145	225.127	225.127
<u>Passivo</u>					
Debêntures privada - partes relacionadas	2	278.188	278.188	260.580	260.580
Contas a pagar - partes relacionadas	2	3.419	3.419	9.011	9.011
Debêntures (a)	2	573.315	564.161	607.704	594.671
Fornecedores e cauções contratuais	2	17.641	17.641	19.096	19.096
Outras contas a pagar	2	1.874	1.874	1.033	1.033
		874.437	865.283	897.424	884.391

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Notas Explicativas

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2026, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	11,90%	14,88%	17,85%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(32.034)	(38.839)	(45.644)
Receita de aplicações financeiras	4.703	5.879	7.055
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(36.590)	(44.959)	(53.328)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(63.921)	(77.919)	(91.917)
IPCA	4,18%	5,23%	6,27%
Juros a incorrer - Debêntures	(66.094)	(76.869)	(87.643)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(66.094)	(76.869)	(87.643)
Juros a incorrer líquido no resultado	(130.015)	(154.788)	(179.560)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 30 de junho de 2026, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de junho de 2026, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$16.355 (R\$14.513 em 31 de dezembro de 2025) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., *Connectcar* Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e *Greenpass* Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Em 30 de junho de 2026 a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$32.748 (R\$20.330 em 30 de junho de 2025).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	14,48%	22.671	31.096	3.147	5.040	5.213	5.213	12.483
Partes relacionadas	1,15%	278.188	278.188	-	-	-	278.188	-
Debêntures - CDI (b)	16,35%	228.759	271.027	61.415	57.261	105.079	47.272	-
Debêntures - IPCA (b)	11,10%	344.556	447.499	14.783	11.528	39.908	324.560	56.720
Fornecedores e cauções contratuais		17.641	17.641	4.705	12.936	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		3.419	3.419	1.740	1.679	-	-	-
Outras contas a pagar		1.874	1.874	1.874	-	-	-	-
		897.108	1.050.744	87.664	88.444	150.200	655.233	69.203

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

Notas Explicativas

(b) Valores brutos dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de junho de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	80.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	98.838

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2026 é de R\$247.172 (R\$257.782 em 31 de dezembro de 2025).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente. Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a CPC 21(R1) e IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09(R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de agosto de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22**

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Planalto Sul S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 09.325.109/0001-73, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 30 de junho de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Rio Negro, 13 de agosto de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia e Implantação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Planalto Sul S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 09.325.109/0001-73, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 30 de junho de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Rio Negro, 13 de agosto de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia e Implantação